

## REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO ASSOCIADA COMO ALTERNATIVA POSSÍVEL A ALIENAÇÃO DO TRABALHO.

William Kennedy do Amaral Souza<sup>1</sup>

Edson Caetano<sup>2</sup>

### RESUMO

Este texto se ocupa da reflexão sobre os mundos do trabalho no contexto da globalização, neoliberalismo e reestruturação produtiva que reforçam a alienação do trabalhador frente ao produto final obtido no processo de produção. Este estranhamento se internaliza no ideário da classe trabalhadora, sendo naturalizado pelo discurso globalizante e pela manipulação empreendida pelas novas formas de estruturação do trabalho, pautadas fundamentalmente na crescente desvalorização da força de trabalho em resposta a queda da lucratividade e que por outro lado, procura naturalizar tal realidade ao conjunto da classe trabalhadora. Esta reflexão é fruto dos resultados parciais de uma pesquisa em andamento, que se ocupa das relações existentes entre trabalho e educação presentes nos processos de produzir a vida associativamente, em especial nas chamadas “comunidades tradicionais” da Baixada Cuiabana (Mato Grosso). Neste cenário marcado pelo crescente desemprego, precarização e exclusão social, parcela crescente de trabalhadores e trabalhadoras pertencentes às camadas populares buscam na produção associada à garantia da produção material e imaterial da vida. Tais iniciativas se contrapõem à lógica capitalista e sinalizam perspectivas e projetos de sociedade que valorizam a solidariedade, a autogestão e a cooperação. Desta forma, o trabalho de produzir a vida associativamente deve ser compreendido enquanto uma estratégia que questiona a lógica capitalista, apesar de estar inserida na mesma.

**Palavras-Chave:** trabalho e educação; alienação do trabalho; produção associada.

“... Aprisionados foram aos compromissos  
apenas os domingos  
programados para serem livres,  
livres pra pensarem na segunda-feira  
quando estariam atrás dos balcões.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT (2012), membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT (2008), professor de Sociologia no IFRO- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, campus Colorado do Oeste. [williamacreano@hotmail.com](mailto:williamacreano@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001), mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996), graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1991). Docente do Instituto de Educação/UFMT, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, coordenador do grupo de Pesquisa Trabalho e Educação, [caetanoedson@hotmail.com](mailto:caetanoedson@hotmail.com).

Cabeças treinadas para competir  
sementes de toda ambição...”  
(Zé e José, Zé Geraldo, CD No meio da área.)

## **Introdução**

Na sociedade regida pelo capital, o movimento real das classes e de seus antagonismos é transformado em algo invisível. O trabalhador e o capitalista são vistos como agentes dos imperativos do consumo. Os planejadores desse modelo de sociedade querem nos fazer crer que as classes não são portadoras de projetos, são apenas compradores ávidos da última moda transformada em necessidade. A propósito da questão em causa, Dias em um artigo muito esclarecedor, destaca que:

Para os seus teóricos e práticos o capitalismo apareceu sempre como o fim da história, plena realização da espécie humana, negação da existência de classes antagônicas. Para eles os antagonismos são coisas do passado. Capital e trabalho são parceiros ativos. (DIAS, 1998, p.45)

Esse é um processo antigo, iniciado quando o artesanato foi substituído pela maquinaria. A produção em massa exige consumo desenfreado, as coisas deixam de ser usadas para ser consumidas. Ou, como explicitou Arendt:

[...] consiste em tratar os objetos de uso como se fossem bens de consumo, de sorte que uma cadeira ou uma mesa seria consumida tão rapidamente como um vestido, e um vestido tão rapidamente como um alimento. Os objetos não podem ser duráveis. (HANNAH ARENDT, 2005, p.137):

Com o advento da sociedade capitalista e a conseqüente divisão de trabalho, o homem perdeu a relação com o produto final de seu trabalho; aos poucos foi se tornando uma máquina que executa apenas uma atividade no processo produtivo, e que lhe impõe um cerco do qual não consegue sair, como exemplificaram Marx e Engels. A propósito veja o que disseram esses autores sobre o processo em causa:

Com efeito, a partir do instante em que o trabalho começa a ser dividido, cada um tem uma esfera de atividade que ele não pode fugir, ele é caçador, pescador, pastor ou crítico, e deverá permanecer assim se não quiser perder seus meios de sobrevivência e permanecer na esfera que lhe é dedicada. (MARX & ENGELS, 2001, p. 28).

Justamente com a estruturação da propriedade privada dos meios de produção, e com a conseqüente divisão do trabalho dela decorrente, produz-se uma falta de sentido na relação

do trabalhador com o produto final do seu trabalho, ou seja, produz-se um “estranhamento”.

Para Lukács:

O estranhamento ocorre quando as formas objetificadas da sociedade adquirem ou assumem funções que põem a essência do homem em contraposição à sua existência, submetem a essência humana ao ser social, a deformam ou dilaceram é que se produz a relação objetivamente social do estranhamento. (LUKÁCS, 1974, p. 26).

O que Lukács nos diz é que o desenvolvimento das forças produtivas acarreta, necessariamente, o desenvolvimento da capacidade humana, mas, aqui emerge drasticamente o problema do “estranhamento”. Nesse processo, o desenvolvimento da capacidade humana não produz necessariamente o desenvolvimento da personalidade humana, mas, ao contrário, passa a desfigurá-la.

Assim, o trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de novas mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e a perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio de subsistência e não “primeira necessidade” de realização humana. Assim, “O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como mercadorias.” (MARX, 2002, p. 111).

Desse modo, a conversão da força de trabalho em mercadoria acaba por adequar e submeter à energia humana a diferentes formas de controle e finalidades de produção. O controle é necessário porque existe uma “defasagem do capitalismo”, o processo de produção está fora de sintonia com a posse dos meios de produção, “o trabalho já se encontra coletivizado, mas a posse dos meios de produção jaz individualizada” (CODO, 1988, p. 93).

O indivíduo é comparado com meros objetos quando a sua capacidade produtiva foi dele alienada, como indicou Meszáros: “[...] o indivíduo não tem consciência de um ser pertencente a uma espécie, [...], em outras palavras, um ser cuja essência não coincide diretamente com a sua individualidade” (MESZÁROS, 1981, p. 76).

Ou seja, “a alienação faz do homem um ser para o outro” (BASBAUM, 1985, p.18). A atividade produtiva, dominada pela fragmentação e pelo isolamento capitalista, sob os quais os homens são atomizados, não pode realizar adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, porque reifica o homem e suas relações.

## **A retomada de uma possível alternativa**

Mas apesar de todas estas dificuldades impostas pela lógica neoliberal e pelo discurso do fim da história, há um contingente de trabalhadores que desafiam esta lógica e implementam modelos de produção em que o importante é a satisfação plena do trabalhador e a sua realização enquanto ser humano tal como preconizava Marx. Justamente por existirem e por lutarem contra este contexto de transformações das estruturas econômico-sociais em curso, -desestruturação e desregulamentação da sociedade salarial e a conseqüente precarização da própria vida (TIRIBA, 2004) - faz-se necessário compreender as atividades econômicas populares, em que um número expressivo de sujeitos se contrapõem heroicamente à lógica do sistema econômico dominante e propõem uma nova relação de produção que contradiz os princípios básicos da economia capitalista, como vínculos empregatícios, a valorização exacerbada do lucro, e o individualismo, dentre outros. Atividades essas conhecidas pela expressão Economia Popular e/ou Produção Associada.

Núñez subscreve o conceito de economia popular como sendo:

[...] o rompimento das relações capitalistas de produção no interior das empresas capitalistas, como projeto autogestionário dos trabalhadores, mas por outro lado cultiva a si mesma conformando-se no interior de uma economia mercantil simples, associando-se entre eles para escalar e competir na economia em seu conjunto. (NUÑEZ, 1996, p. 12).

Esses sujeitos da economia popular, conforme Núñez (1996), organizam-se com o intuito de se defenderem da competição capitalista, e para isto desenvolvem estratégias para a (re)produção da vida, como por exemplo as relações de produção comunitárias, cooperativas, associativas e autogestionária.

Para Icaza e Tiriba, a economia popular pode ser conceituada como:

O conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com objetivo de assegurar a reprodução da vida social com a utilização da própria força de trabalho e mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e de sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais. (TIRIBA & ICAZA, 2003, p. 101).

Ainda acrescenta que “é a forma pela qual, historicamente, os homens e mulheres que não vivem da exploração da força de trabalho alheio, tentam garantir o seu estar no mundo,

tanto na unidade doméstica como nos espaços/tempos mais amplos das relações sociais” (Ibidem, p. 101). Percebe-se que, nos diversos momentos da história, sempre existiram indivíduos que se colocaram contra o poder vigente, buscando desenvolver estratégias de trabalho e sobrevivência.

Portanto, a economia popular se coloca contra o modelo neoliberal de acumulação de capital, ao não visar à acumulação de numerário, vínculos empregatícios, e nem exploração da mão de obra, como no sistema de produção que toma conta da maioria das relações econômicas. Assim a economia popular não remete apenas às questões relativas ao modo de produção, mas a uma nova visão social, pois dá maior ênfase aos valores de solidariedade e cooperação entre os indivíduos; valores estes pouco experimentados no sistema capitalista.

Dentre os processos usados pelos indivíduos, que se pautam pelo ideário da economia popular para garantirem a “reprodução ampliada da vida”, destaca-se a Produção Associada. E o que se quer dizer com tal termo? A definição que eu considero a melhor é aquela das professoras Lia Tiriba e Maria Clara Bueno Fischer, que dizem:

O termo Produção Associada e Autogestão nos remete a relações econômico-sociais e culturais em que os/as trabalhadores/as têm a propriedade e/ou posse coletiva dos meios de produção e cuja organização do trabalho (material e simbólico) é mediada e regulada por práticas que conferem aos sujeitos coletivos o poder de decisão sobre o processo de produzir a vida social. Diz respeito a um conjunto de práticas coletivas de pessoas ou grupos sociais que se identificam por compartilhar concepções de mundo e de sociedade fundadas no autogoverno e autodeterminação das lutas e experiências das classes trabalhadoras. (TIRIBA & FISCHER, 2012, p 620.)

Os trabalhadores caminham para a ajuda mútua, sendo solidários no seu dia-a-dia, tanto no ambiente laboral, quanto nas relações para além do mundo do trabalho, porque na produção associada, os trabalhadores envolvidos são proprietários dos meios de produção, não exploram a força de trabalho de outrem, não valorizam o capital e tem como finalidade única, a reprodução ampliada da vida através da socialização de todos os momentos possíveis. Nesse sentido, esses trabalhadores discutem e decidem coletivamente sobre o que fazer e como fazer, determinando a função que exercerão em determinado dia, o ritmo da produção, a divisão das tarefas e dos frutos do trabalho excedente, para quem venderão e em qual valor.

Portanto a Produção Associada não remete apenas às questões relativas ao modo de produção, mas a uma nova visão social, pois dá maior ênfase aos valores de solidariedade e cooperação entre os indivíduos, valores estes pouco experimentados no sistema capitalista, o

que vai exatamente à linha contrária daquela defendida pelo neoliberalismo. A reestruturação produtiva fundamentou-se na valorização do *trabalho morto* (maquinaria) em detrimento do denominado pelos escritos marxistas de *trabalho vivo* (do ser humano). A produção é assim guiada pela lógica da redução desse trabalho vivo, e também pela sua intensificação. Na Produção Associada o que importa é o trabalhador, ou seja, o trabalho vivo determina as ações da produção. Se isso acontece, os sujeitos têm a oportunidade de se realizarem no seu trabalho, o que é o oposto da alienação predominante na sociedade capitalista.

Segundo Marx (2002), todo esse processo-alienação do trabalho- se dá em razão dos produtores não serem os donos dos meios de produção. Conseqüentemente, a sua produção não lhes pertence, o que gera infelicidade tamanha ao próprio trabalhador. Isso ocorre tanto nas indústrias, em que o trabalhador tem em mãos o produto final, seja ele um alfinete, uma mesa, um carro, ou outros, e não pode possuí-lo, quanto no setor de serviços, no qual o trabalhador vê as metas definidas pela empresa serem alcançadas sem poder usufruir dos benefícios delas decorrentes. Tal situação reforça ainda mais as observações de Marx quando diz que o trabalhador:

[...] não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio (MARX, 2002, p. 114).

Nesse contexto o indivíduo muda o que tem de melhor: a sua essência e a sua subjetividade. O estranhamento, como expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro e, conseqüentemente, na separação entre os produtores e os meios de produção, é a abstração da natureza pessoal do ser social, do indivíduo desumanizado. O estranhamento traz a idéia de “barreiras sociais” (ANTUNES, 1999, p. 125) que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana. Tem-se, então, ao contrário da expansão do indivíduo e das faculdades humanas, a redução ao que lhe é instintivo e animal. Como explanou Marx: “[...] o homem só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno etc., - enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal” (MARX, 2002, p. 114-115).

Em síntese, a alienação do trabalho é o fato do trabalhador não se reconhecer no produto que criou, em condições de trabalho que escapam ao seu controle e a sua compreensão, e não ver no trabalho qualquer finalidade que não seja a de garantir a sua sobrevivência. Além disso, como regra geral, aquilo que o indivíduo recebe como salário basta apenas para que se obtenha um mínimo de mercadorias para a reposição da energia gasta no trabalho, ou seja, para que coloque em prática duas das funções animais já citadas: comer e beber, sobrando alguma energia para procriar e manter assim trabalhadores para a satisfação do capitalismo. Na Produção Associada cada indivíduo pode participar ativamente de todas as fases do processo produtivo, já que é o coletivo que decide dia após dia o que fazer e o que cada um irá fazer. Desse modo o sujeito se realiza no trabalho. É necessário perceber essa diferença para que não confundamos Produção Associada com as práticas capitalistas de organização de equipes em “grupos autônomos”, “semi-autônomos”, “ilhas de produção” e outras inovações da organização capitalista que se constituem como novas tecnologias de produção e gestão da força de trabalho. Importante não esquecer que empresas familiares, cooperativas e outras organizações econômicas associativas vêm sendo demandadas para fazer valer a flexibilização das relações entre capital e trabalho, favorecendo a criação de cadeias produtivas necessárias ao novo regime de acumulação. As cooperativas de trabalho e de produção que se organizam em torno da agroindústria e do agronegócio são exemplos disso. Fundada na premissa do princípio educativo do trabalho, a unidade de Produção Associada pode ser entendida como uma “unidade de produção associada de saberes”, na qual vão brotando novos saberes e fazeres. A escola da vida (e do trabalho associado) se encarrega de ensinar às crianças, jovens e adultos que os movimentos de luta são fundamentais para aprender que o capitalismo não é um sistema inexorável. No entanto, para além do saber produzido e construído cotidianamente, o trabalho associado e autogestionário requer a articulação dos saberes fragmentados pelo capital, bem como a apropriação dos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade.

### **O MST e a Produção Associada**

Um espaço que freqüentemente é usado para este tipo de economia são os assentamentos rurais, notadamente os que têm a participação do MST. O MST é uma organização dos trabalhadores que surgiu oficialmente em Janeiro de 1984, em Cascavel

(PR), quando centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país. Os membros iniciais vieram de diferentes setores da sociedade, mas de uma forma geral eram sujeitos excluídos dos processos de produção e, conseqüentemente, com sérias dificuldades para a reprodução ampliada da vida. Evidentemente que a luta pela terra é bem anterior a este momento, basta lembrarmos, por exemplo, a resistência coletiva dos quilombos ou mais recentemente as Ligas Camponesas do Nordeste encabeçadas pelo lendário Francisco Julião. De lá para cá o MST tornou-se um importante movimento de contestação e de luta por uma sociedade mais igualitária. Se concordarmos ou não com os métodos utilizados é outra discussão. Mas não é possível negligenciar o seu papel na luta pela Reforma Agrária, que em termos gerais para o MST é:

O fato do Estado garantir o acesso à terra para todos os que nela trabalham, estabelecendo um limite máximo ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional. É preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser apenas complementar, buscando maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas. (site oficial do MST)

Ao longo do tempo a luta pela Reforma Agrária foi se tornando cada vez mais internacional, porque os empecilhos para a democratização do acesso a terra não estavam apenas no Brasil – no Estado ou nas ações dos latifundiários – mas eram também parte dos movimentos do capital financeiro internacional. E a resposta à globalização da miséria, veio na forma da globalização da luta, por meio da Via Campesina, que congrega os movimentos camponeses de todo mundo em torno da Reforma Agrária e da soberania alimentar, ou seja, do direito de que os povos – e não os mercados - decidam o que produzir e possam garantir a alimentação de todos. Esta globalização é importante à medida que a influência capitalista nas diversas mídias tenta passar a idéia para o grande público de que o MST é sinônimo de violência.

Para o meu recorte específico, a pesquisa gira em torno do Assentamento 14 de Agosto e da COOPAC - Cooperativa Agropecuária Canudos que é uma estratégia dos trabalhadores envolvidos para preservarem e ampliarem os processos de socialização dentro do assentamento. Isto se deu porque após a chegada na área do assentamento, aquela união existente no acampamento vai perdendo (ou pode vir a perder) força a medida que cada um

dos assentados vai para o seu lote. Há, portanto uma desestruturação dos núcleos de base. A comunidade percebendo este novo modo de se portar vai buscar soluções para que os indivíduos não se atomizem e se dispersem em propriedades particulares. Nesse momento a Produção Associada, através da COOPAC, cumpre também este papel. O intuito é se fortalecer, para buscar alternativas para sobreviver e se desenvolver no meio rural, lançando fora a racionalidade capitalista e criando estratégias de trabalho e de sobrevivência. Por intermédio da COOPAC as ações coletivas e empreendedoras têm ocorrido, há busca por parcerias, - que não queiram atuar na lógica capitalista - e uma diversificação da economia, firmando um espaço de resistência ao modelo produtivo do estado de Mato Grosso. Por todas essas ações considera-se assim o Assentamento 14 de Agosto um exemplo de luta e um esforço para resistir à produção dominadora voltada para o agronegócio, buscando alternativas autônomas e satisfatórias para os assentados e a população local. A nossa discussão principal gira em torno das estratégias que os assentados desenvolvem para sobreviver diante das relações capitalistas atuais e como os saberes anteriormente apreendidos- que o historiador inglês E. P. Thompson nomeia como “saberes da experiência”- contribuíram para a decisão de uma Produção Associada em combate a alienação anteriormente sofrida. Desse modo, o objetivo da pesquisa é compreender a construção e utilização das estratégias de produção e ampliação da vida, desenvolvidas pelos assentados, em particular os cooperados. Pretende-se também através deste estudo, contribuir para o debate sobre a questão do associativismo nos assentamentos, dialogando com as problemáticas relativas a tipos de opressão e formas de discriminação da sociedade para a comunidade, projetando discussões sobre como estas questões afetam a própria vida dos assentados e a sua relação com a sociedade já que, via de regra, a sociedade pautada pelo modo de vida imposto pela alienação do trabalho, estranha e ridiculariza qualquer manifestação fora dessa ordem. Assim, as experiências de Produção Associada passam a ser consideradas utopias e ações sem sentido, para usar expressões mais brandas pela qual está experiência é tratada.

### **Considerações Finais**

Portanto, a ampliação do horizonte em relação à alienação do trabalho e a produção associada, que é a principal forma de combate a esta alienação, se faz indispensável se

quisermos compreender os processos de produzir a vida associativamente. Pois, não podemos desconsiderar estes processos, já que a reestruturação econômica repercutiu no desemprego estrutural, o que ampliou um número cada vez maior de pessoas vivendo na pobreza e na miserabilidade. Sendo necessário que estes sujeitos a margem busquem novas estratégias de sobrevivência, seja através do artesanato, das cooperativas, saindo das cidades e buscando o campo.

Tal discussão pode vir a contribuir para o fortalecimento do processo econômico, de comunidades que produzem a vida associativamente, assim como na construção e/ou ampliação de redes sociais tanto locais quanto globais.

A relevância desse projeto está no fato de não vivenciarmos um período de revolução social, sendo necessário buscarmos compreender as contradições vividas principalmente pelos projetos educativos direcionados aos trabalhadores que valorizam o saber formal, enquanto a pesquisa por nós empreendida aponta para a importância do saber não formal, isto é, o saber que não se aprende no “banco da escola” acaba determinando as estratégias que os trabalhadores aplicam para conseguir o “seu estar no mundo” Sabemos que para haver uma educação emancipadora é necessário mudar as condições sociais de produção da existência humana, e por outro lado, é crucial ter uma educação emancipadora para haver mudanças nas condições sociais. Por isso, Thompson sugere que devemos aproveitar a experiência dos indivíduos para desenvolver outras racionalidades educativas, que buscam a valorização humana e não do capital.

Além do mais, sabemos que a História registra experiências de Produção Associada de variadas formas, sentidos e com diferentes graus de controle dos meios de produção ao longo do tempo: a Comuna de Paris (1871), os Soviets de representantes operários, camponeses e soldados na Rússia (1905 e 1917), a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a República Húngara de Conselhos Operários (1918/19), os conselhos operários de Turim, Itália (1919-1921); Iugoslávia (1950), surgidos na Hungria (1956) e na Polônia (1956, 1970) com o movimento *Solidarnosc* (1980), Argélia (1962), Checoslováquia (1968) e a Revolução dos Cravos em Portugal (1974). Em âmbito latino-americano, temos Cuba (1959), Chile (1972) e Nicarágua (1979), além de curtas experiências vividas na Bolívia e Peru e a dos indígenas em Chiapas (desde 1994). No Brasil, especialmente no campo, vale lembrar as experiências da República de Canudos (1896), Quilombo dos Palmares (segunda metade do século XVII), Cadeirão de Santa Cruz do Deserto (1920), as Ligas Camponesas (1950), destacando-se a

criação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco - SAPP (1954), com a participação de Francisco Julião.

A pesquisa em andamento procura cobrir diferentes formas de localização do homem no campo, especificamente na chamada “Baixada Cuiabana”. Assim está sendo analisada uma comunidade tradicional, uma comunidade quilombola que tem um processo antigo de produção associada, uma comunidade quilombola com um processo recente de produção associada, uma comunidade quilombola que não tem produção associada e um assentamento que tem a participação do MST. Acreditamos ainda, ser preciso enveredar a pesquisa em uma comunidade indígena e possivelmente em um centro urbano.

É preciso então delinear as relações associativas entre trabalho e educação, assim como fomentar e/ou aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos necessários para a compreensão e apreensão sobre a temática “Produção Associada”, que vem sendo delineada no processo de emancipação humana. Pois já dizia Mao Tsé-tung no longínquo 1927:

A atual floração do camponês é um acontecimento colossal... Dentro de pouco tempo [...] se levantarão como uma tempestade poderosa, uma força tão rápida e violenta que nenhum poder será capaz de contê-los. Arrebrantarão todos os laços que os prendem e se precipitarão pelo caminho da liberdade. (MAO TSÉ-TUNG, apud MESZÁROS, 2006, p249.)

Talvez a Produção Associada seja um aporte para a realização da citação acima.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BASBAWM, Leôncio. **Alienação e Humanismo**. 6 ed. São Paulo: Global, 1985.

CODO, Wanderley. **O que é Alienação**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. Coleção Primeiros Passos.

DIAS, Edmundo Fernandes. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. In: **Revista Outubro**. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 1, 1998.

ICAZA, Ana e TIRIBA, Lia: “Economia popular”. In: Cattani, A.: **Dicionário internacional da outra economia**. Porto Alegre: Editora Voraz, 2003, p.101-109.

LUCÁKS, Georg. **História e Consciência de Classe**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_ e ENGELS, Fríederich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

MESZÁROS, Istiván. **Marx, a Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NÚÑEZ, Orlando. **La economía popular asociativa y autogestionaria**. 2a. Managua: CIPERS, 1996.

TIRIBA, Lia. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação. In: PIKANÇO, Irani; TIRIBA, Lia (Orgs.), Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: **Idéias & Letras**, 2004, p. 75-101.

\_\_\_\_\_ e FISCHER, Maria Clara BUENO. Produção Associada e Autogestão. In: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

THOMPSON, E, P. **Costumes em comum**. *Estudos sobre a cultura popular tradicional*. 5ª reimpressão. São Paulo. Companhia das Letras.1998.

<http://www.mst.org.br/> acesso em 17/05/2012